

DANIEL SARMENTO

CRISE DEMOCRÁTICA E A LUTA
PELA CONSTITUIÇÃO

Belo Horizonte

FÒRUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

2020

APRESENTAÇÃO.....	15
-------------------	----

PARTE I
ARTIGOS

CAPÍTULO 1

A DIGNIDADE HUMANA EM TEMPOS DE CRISE

DEMOCRÁTICA	21
1.1 Introdução e panorama geral.....	21
1.2 O valor intrínseco da pessoa	29
1.3 A autonomia.....	37
1.4 Mínimo existencial.....	42
1.5 Reconhecimento.....	50
1.6 Conclusão: resistir e lutar.....	58

CAPÍTULO 2

LEI DE SEGURANÇA NACIONAL, CRISE DEMOCRÁTICA
E CONSTITUIÇÃO: POR QUE REMOVER O ENTULHO
AUTORITÁRIO.....

2.1 Uma homenagem necessária	61
2.2 Lei de Segurança Nacional, crise democrática e risco às liberdades.....	62
2.3 A LSN e a liberdade de expressão.....	69
2.4 A LSN e o princípio da legalidade penal	76
2.5 Conclusão.....	79

CAPÍTULO 3

PODE SER SUBSIDIÁRIA E EXCEPCIONAL A INTERVENÇÃO
DO ESTADO SOBRE O EXERCÍCIO DE ATIVIDADES
ECONÔMICAS? O ARTIGO 2º, III, DA LEI Nº 13.874/19 E A
CONSTITUIÇÃO.....

3.1 Introdução.....	81
3.2 A Constituição econômica brasileira é compromissória, mas com limites. Democracia, moldura constitucional, justiça social e mercado.....	83
3.3 O princípio da subsidiariedade na ordem econômica e seus limites: inconstitucionalidade parcial da versão radical do princípio esposada pela Lei nº 13.874/19.....	88
3.4 Conclusão.....	94

CAPÍTULO 4

AVALIAÇÃO DE IMPACTO REGULATÓRIO, NORMAS
PENAIIS E SEGURANÇA PÚBLICA: EXIGÊNCIA
CONSTITUCIONAL DE RESPONSABILIDADE
PROCEDIMENTAL NA REGULAÇÃO DE DIREITOS
FUNDAMENTAIS.....

4.1 Introdução.....	97
4.2 Segurança pública e pragmatismo (com limites): a imposição constitucional de Análise de Impacto Regulatório das normas penais e sobre segurança pública	100
4.3 Direito à justificativa no processo legislativo: o princípio da deliberação suficiente e a Avaliação de Impacto Regulatório na segurança pública e no âmbito penal	105
4.4 Conclusão.....	111

CAPÍTULO 5

A JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL E O EMPODERAMENTO
DOS EXCLUÍDOS: A MUDANÇA JURISPRUDENCIAL NA
ADPF Nº 709 E OS NOVOS DESAFIOS

I	113
---------	-----

II	114
III	116

PARTE II
AÇÕES JUDICIAIS E PARECERES

CAPÍTULO 6

PETIÇÃO INICIAL DA ADPF Nº 635, QUE QUESTIONA A EXCESSIVA LETALIDADE POLICIAL NA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA ADOTADA PELO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.....			121
I	DISTRIBUIÇÃO POR DEPENDÊNCIA.....		122
II	INTRODUÇÃO.....		122
III	LEGITIMIDADE ATIVA.....		134
IV	CABIMENTO DA ADPF.....		135
IV.1	Lesão a preceitos fundamentais.....		135
IV.2	Atos do Poder Público.....		136
IV.3	Subsidiariedade.....		137
V	VIOLAÇÕES DIRETAS AOS DIREITOS CONSTITUCIONAIS À VIDA, À DIGNIDADE, À SEGURANÇA E À INVIOABILIDADE DO DOMICÍLIO.....		138
VI	VIDAS NEGRAS IMPORTAM! IGUALDADE, IMPACTO DESPROPORCIONAL E RACISMO ESTRUTURAL.....		144
VII	ABSOLUTA PRIORIDADE NA GARANTIA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS A CRIANÇAS E ADOLESCENTES COMO DEVER DO ESTADO.....		149
VIII	MEDIDAS QUE O STF DEVE IMPOR AOS PODERES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.....		154
VIII.1	Formulação de plano de redução da letalidade policial e de controle de violações de direitos humanos.....		154
VIII.2	“Caveirões aéreos”: vedação ao uso de helicópteros como plataformas de tiro ou instrumentos de terror. Inconstitucionalidade do art. 2º do Decreto Estadual nº 27.795/2001.....		160
VIII.3	Proteção à inviolabilidade de domicílio.....		165
VIII.4	Ambulâncias e equipes de saúde em operações policiais.....		171
VIII.5	Excepcionalidade da realização de operações policiais em áreas próximas a escolas, creches, hospitais e postos de saúde..		172
VIII.6	Publicização de todos os protocolos de atuação policial. Elaboração, armazenamento e disponibilização de relatórios das operações de segurança.....		174
VIII.7	Instalação de equipamentos de GPS e de sistemas de gravação de áudio e vídeo nas viaturas policiais e nas fardas dos agentes de segurança.....		178
VIII.8	Compatibilização das perícias com parâmetros normativos.....		180
VIII.9	Combatendo a impunidade: aprimoramento das investigações de possíveis crimes cometidos por policiais.....		184
VIII.10	Gratificação e combate à letalidade policial. Inconstitucionalidade do art. 1º do Decreto Estadual nº 46.775/2019.....		190
VIII.11	O governador não pode incentivar execuções extrajudiciais.....		191
IX	MEDIDA CAUTELAR.....		193
X	PEDIDOS DEFINITIVOS.....		198

CAPÍTULO 7

PETIÇÃO INICIAL DA ADPF Nº 709, QUE TRATA DE FALHAS E OMISSÕES DO GOVERNO FEDERAL NO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS, EM RELAÇÃO AOS POVOS INDÍGENAS.....			201
I	INTRODUÇÃO.....		203
II	LEGITIMIDADE ATIVA DOS ARGUMENTOS.....		214
III	CABIMENTO DA ADPF.....		221
III.1	Lesão a preceitos fundamentais.....		221
III.2	Atos do Poder Público.....		222
III.3	Subsidiariedade.....		223

IV	BREVES NOTAS SOBRE O SUBSISTEMA DE SAÚDE INDÍGENA	224
V	OS POVOS INDÍGENAS ISOLADOS E DE RECENTE CONTATO: NECESSIDADE DE IMPOSIÇÃO DE BARREIRAS SANITÁRIAS	228
VI	DESMATAMENTO, DOENÇA E GENOCÍDIO: A URGÊNCIA SANITÁRIA DA RETIRADA DE INVASORES NÃO INDÍGENAS DAS TIS	239
VI.1	Terra Indígena Yanomami	245
VI.2	Terra Indígena Karipuna	250
VI.3	Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau	252
VI.4	Terra Indígena Kayapó	255
VI.5	Terra Indígena Araribóia	257
VI.6	Terra Indígena Munduruku	259
VI.7	Terra Indígena Trincheira Bacajá	262
VI.8	Providências Necessárias	268
VII	DEVER DE ATENDIMENTO DA SESAI A TODOS OS INDÍGENAS, PRINCÍPIO DA IGUALDADE E DIREITOS À SAÚDE DIFERENCIADA E À CULTURA	268
VIII	FORMULAÇÃO E MONITORAMENTO DE PLANO DE DEFESA DOS POVOS INDÍGENAS DIANTE DA PANDEMIA. ELABORAÇÃO PELO CNDH, COM PARTICIPAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS E ACESSORAMENTO TÉCNICO DA FIOCRUZ E DA ABRASCO	273
IX	DA MEDIDA CAUTELAR	281
X	DO PEDIDO	283

CAPÍTULO 8

	PETIÇÃO INICIAL DA ADPF Nº 583, QUE QUESTIONA A FORMA COMO O GOVERNO FEDERAL REALIZA O CONTINGENCIAMENTO DE VERBAS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS	287
I	INTRODUÇÃO	288
II	LEGITIMIDADE ATIVA	296
III	CABIMENTO DA ADPF	296
III.1	Violação a preceito fundamental da Constituição	296
III.2	Ato do Poder Público	297
III.3	Inexistência de outro meio eficaz de sanar a lesividade	297
IV	A VIOLAÇÃO À AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA E A DESPROTEÇÃO ÀS LIBERDADES DE CÁTEDRA E EXPRESSÃO E AO DIREITO À EDUCAÇÃO	299
V	CONTINGENCIAMENTOS IMOTIVADOS, OPACOS E SEM CRITÉRIOS: VIOLAÇÃO AO DEVER DE FUNDAMENTAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS, AOS PRINCÍPIOS REPUBLICANO E DEMOCRÁTICO	303
VI	EXIGÊNCIAS CONSTITUCIONAIS MÍNIMAS PARA O CONTINGENCIAMENTO DE VERBAS ORÇAMENTÁRIAS DESTINADAS ÀS UNIVERSIDADES FEDERAIS	310
VII	MEDIDA LIMINAR	314
VIII	DO PEDIDO	315

CAPÍTULO 9

	PETIÇÃO INICIAL DA ADI Nº 6.544, QUE TRATA DA INCONSTITUCIONALIDADE DE DENÚNCIA UNILATERAL DE TRATADO INTERNACIONAL PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA	317
I	INTRODUÇÃO	318
II	A LEGITIMIDADE ATIVA	321
III	CABIMENTO DA ADI: POSSIBILIDADE DE EVENTUAL RECEBIMENTO DA AÇÃO COMO ADPF	321
IV	A NECESSIDADE DA APROVAÇÃO DO CONGRESSO PARA DENÚNCIA DE TRATADOS INTERNACIONAIS	322
V	DA MEDIDA CAUTELAR	333
VI	DO PEDIDO DEFINITIVO	334

CAPÍTULO 10

PARECER

LIBERDADE DE EXPRESSÃO, HUMOR E RELIGIÃO:

VEDAÇÃO À CENSURA E RESPONSABILIDADE CIVIL.....	335
10.1 A Consulta	335
10.2 A proteção reforçada da liberdade de expressão na ordem jurídica brasileira	338
10.3 A Proteção Constitucional ao Humor.....	348
10.4 Liberdade de expressão e sentimento religioso	351
10.5 Discurso do ódio e sentimento religioso	356
10.6 Liberdade de expressão, responsabilidade civil e efeito silenciador.....	361
10.7 Resposta aos quesitos.....	366

CAPÍTULO 11

PARECER

LIBERDADE DE EXPRESSÃO, CRIMES CONTRA A HONRA DE PESSOA PÚBLICA E O PAPEL INSTITUCIONAL DA OAB: A INCONSTITUCIONALIDADE DA DENÚNCIA CONTRA FELIPE SANTA CRUZ POR CRÍTICAS DIRIGIDAS A SÉRGIO MORO

.....	369
11.1 A Consulta	369
11.2 Liberdade de expressão: direito à crítica de autoridades públicas	373
11.3 Liberdade de expressão e filtragem constitucional dos crimes contra a honra. Aplicação das premissas ao caso	383
11.4 O papel institucional da OAB de defesa da Constituição, dos direitos humanos e da democracia.....	388
11.5 Respostas aos quesitos	393

CAPÍTULO 12

PARECER

A CONSTITUCIONALIDADE DA RESERVA DE VAGAS PARA PRETOS E PARDOS NOS CONCURSOS PÚBLICOS PARA OUTORGA DE DELEGAÇÕES DE NOTAS E DE REGISTRO PÚBLICO.....

.....	395
12.1 A Consulta	395
12.2 A constitucionalidade das políticas de ação afirmativa em concursos públicos para delegação de serventias extrajudiciais	398
12.3 A competência do CNJ para instituir política de ações afirmativas no âmbito dos concursos para delegação de serventias extrajudiciais.....	405
12.4 Respostas aos quesitos	410